

NO PINTCHA



ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 37113/37226/37228

B I S S A U

1.º ANIVERSÁRIO DO 14 DE NOVEMBRO



- FESTA E REAFIRMAÇÃO
- GRATIDÃO E DIGNIDADE

O povo de Bissau saiu à rua com entusiasmo e firmeza para festejar o primeiro aniversário do Movimento Reajustador do 14 de Novembro e saudar as resoluções do I Congresso Extraordinário do PAIGC.

Mais do que uma simples festa comemorativa de um ano de vitórias, o comício popular que teve lugar no sábado passado, em Bissau, foi marcado pela reafirmação de fé nos destinos da nossa Pátria.

O povo, com a mesma certeza que, com Kabi à frente, o Partido de Cabral escreverá ainda páginas brilhantes na nossa história, demonstrou a sua gratidão, como se pode constatar nas páginas interiores desta edição.

A VOZ DO EMIGRANTE NO CONGRESSO

O espírito da concórdia nacional preconizada pelo Conselho da Revolução saiu reforçada com a reafirmação do apoio ao CR e ao Congresso Extraordinário por militantes emigrados no estrangeiro.

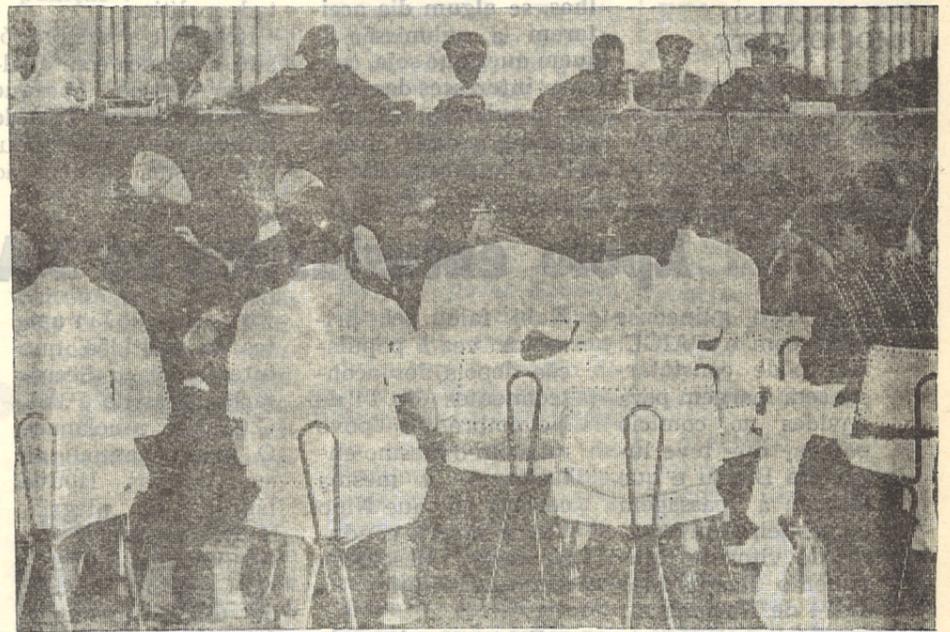
Falando perante os delegados, José Lopes Apok, de Abidjam, Bosco Mendes, da França e Quebé Seidi, de Casamance, defenderam a continuidade do PAIGC como força dirigente e pediram maior apoio ao regresso dos emigrantes e à defesa dos seus interesses no exterior.

«O progresso e o bem-estar do país são os próprios filhos que o constroem», afirmaram nomeadamente, para vincar que a contribuição deve ser consciente, sem exigir ao Governo condições de qualquer espécie.

COMITÉ CENTRAL DECIDE LIBERTAR PRISIONEIRO

Uma campanha de esclarecimento será desencadeada a partir da próxima semana para explicar as razões da libertação de alguns elementos detidos na sequência do acontecimento de 14 de Novembro de 1980, decidida pelo CC do Partido numa reunião extraordinária que teve lugar em Bissau no dia 16 do corrente mês.

A decisão da libertação destes elementos, entre quais o ex-Presidente Luiz Cabral, é determinada segundo o comunicado do Comité Central, pelo «humanismo, que é um dos principais legados de Cabral». (Ver Pág. 8)



COMPOSIÇÃO DO BUREAU POLÍTICO DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO

Apresentamos hoje de novo a lista dos membros do Bureau Político do CC do PAIGC que é composta por 12 camaradas e não 11, como tínhamos noticiado no nosso número anterior, em que omitimos o nome do camarada Samba Lamine Mané. Pelo facto pedimos desculpas aos nossos leitores.

Eis a composição do BP, com os seus suplentes, pela ordem de procedência: Secretário-Geral do Partido, camarada João Bernardo Vieira; Victor Saúde Maria; Iafai Camará; Paulo Correia; Manuel Saturnino; Buota Na N'Batcha; João da Silva; Samba Lamine Mané; Vasco Cabral; Carlos Correia; Tiago Aleluia Lopes; e Carmen Pereira.

Os suplentes são os camaradas Benghate Na Beate, Fidélis Cabral de Almada, Joseph Turpin e Manuel Santos (Manecas).

NESTA EDIÇÃO

- SENEGAL-GÂMBIA: CONFEDERAÇÃO À VISTA
- MAYOTTE-COMORES: OUA FAVORÁVEL À REINTEGRAÇÃO

(ver pág - 7)

O encontro do Secretário-Geral com o povo

Mais do que uma simples festa comemorativa de um ano de vitória do Movimento de Reajustamento, o comício do 14 de Novembro, realizado no sábado à tarde, na Praça dos Heróis Nacionais, foi marcado por uma cerimónia de reafirmação, perante as massas, dos resultados do 1.º Congresso Extraordinário e, mais particularmente, a apresentação pública do camarada João Bernardo Vieira no cargo da mais alta instância do PAIGC, após a cisão da ala caboverdiana.

Era a festa de homenagem, das «mantenhas», do regozijo e da reafirmação do apoio popular à nova direcção do PAIGC, Partido de Cabral, na pessoa do Comandante de Brigada «Kabi Na Fanchamna».

«Vamos estar de ouvidos abertos e de corações abertos para ouvir as directivas que o camarada João Bernardo Vieira, digno substituto de Amílcar Cabral, nos vai traçar no caminho do progresso, onde cada homem ou mulher venha ele de onde vier, possa encontrar a paz e felicidade, para o bem do nosso povo» — apelou o porta-voz do Congresso e membro do Comité Central do PAIGC, camarada Mário Cabral.

«A todo o povo, — disse — resta dizer «djarama» ao PAIGC, «djarama» ao 14 de Novembro, «djarama» ao Comandante Nino Vieira, o homem corajoso que soube unir todos os militantes em torno do Partido, porque para ele, só a verdade, a honestidade e o entendimento nos pode conduzir à unidade nacional e ao progresso»...

UM DISCURSO EMOCIONANTE

Nino Vieira, como todos os intervenientes nesse comício, fez um discurso emocionante

que atingiu os sentimentos patrióticos da população ali concentrada, motivo porque o interrompeu sistematicamente com aplausos e gritos de palavras de ordem que traduziam a convicção de que se prepararam novas vitórias ao nosso povo e ao nosso Partido reactivado. O seu discurso, proferido de improviso, incidiu mais numa curta retrospectiva de um ano de revolução e de restabelecimento de liberdade de expressão e, por outro lado, deixou bem vinculada a posição da direcção superior do P.A.I.G.C. no controle e dinamização das linhas políticas de desenvolvimento económico-social do nosso país.

«Este é o Partido de nós, guineenses, e de mais ninguém», afirmou, advertindo: «Será uma condenação para todos vocês, jovens e velhos, se algum dia aceitarem a submissão de quem quer que seja, contra os interesses das massas populares». Segundo afirmou, a dada altura, o Partido saíu mais for-

te depois do Congresso, e, da mesma maneira que não tivemos medo a 14 de Novembro do ano passado, ninguém mais nesta terra deve temer a verdade.

viria a fazer a respeito de uma certa confusão e intrigas à volta do problema de cor, que de nenhum modo deve existir. «Qualquer que seja a pessoa: preto, branco,

aceite em pé de igualdade». Nino Vieira fez essa observação em alusão ao bloqueamento pela Praia dos barcos que nos pertencem a nós e ao Governo ca-

ral do PAIGC, de um lado, e ao povo da capital, de outro lado, decorrem do facto de ter sido esta cidade o centro do processo do Movimento Reajustador de 14 de Novembro, no derrube do regime de Luiz Cabral.

João Gomes caracterizou esta data histórica como um aniversário de aumento de produção, um aniversário de consciencialização do nosso povo e de unidade nacional.

Mas o camarada João Gomes trazia também nas mãos uma mensagem especial das populações das regiões do país dirigida à população da capital. A mensagem adverte a população de Bissau, atribuindo-lhe a responsabilidade de velar pelo Partido, na medida em que todas as suas estruturas de cúpula estão concentradas na capital. Lia-se no referido documento: «Entregamos o PAIGC à população de Bissau. Porque o P.A.I.G.C., que lutou 12 anos no mato, veio de lá limpo e só se tornou sujo aqui na cidade...»

Em resposta a este compromisso, o representante do sector autónomo sublinhou que é «nossa responsabilidade militante mantermos vigilantes e unidos para defender a pureza do nosso Partido. Reafirmamos aos nossos camaradas das regiões a nossa determinação de o defender e fazê-lo cada vez mais Partido» — concluiu.



O PAIGC nunca deixou ser atrofiado. Asseverou ao seu Povo o Secretário-Geral do Partido de Cabral

O novo Secretário-Geral do PAIGC insistiu mais uma vez no lema da Concórdia Nacional e apelou à compreensão e ao entendimento por parte de alguns dos nossos concidadãos refugiados no estrangeiro que, apesar de todas as explicações, continuam a dar más interpretações ao verdadeiro sentido dessa vontade política.

Regeitou, a esse propósito, a aliança com qualquer partido, «porque não somos um Partido fantoche» — sublinhou. A mesma condenação

vermelho ou azul, a verdade é que, na nossa terra, ela é guineense».

Por outro lado, o chefe do PAIGC recordou, com profundo pesar, e situação de vítimas em que os cidadãos da Guiné-Bissau estavam sujeitos, por, desta ou daquela forma, tentarem contestar a política errada da Unidade Guiné-Cabo Verde. «Fomos presos, afastados, açoitados e mortos por causa da Unidade e até fomos roubados por tudo isso. Mas nós queremos a unidade com qualquer povo do mundo que o

boverdiano. Em nome da direcção do Partido ele prometeu restituir os bens da Naguicave a que temos o direito, de todas as formas possíveis.

O PARTIDO ESTÁ ENTREGUE À POPULAÇÃO DE BISSAU

A mensagem dos militantes do Sector Autónomo de Bissau foi apresentada pelo seu Presidente do Comité do Partido, camarada João Manuel Gomes. As razões dessa mensagem ao Secretário-Ge-

Apoio entusiástico ao PAIGC

O Povo guineense está com o PAIGC. Isto pôde constatar-se sem margem para dúvidas no comício popular que teve lugar em Bissau e que marcou a passagem do primeiro aniversário do vitorioso Movimento Reajustador do 14 de Novembro.

À semelhança do que aconteceu no dia 21 de Novembro do ano passado, quando

Kabi falou pela primeira vez à população depois dos acontecimentos do 14 de Novembro, o povo mantém o mesmo entusiasmo, a mesma certeza de que Nino Vieira saberá conduzir esta Resolução rumo ao triunfo.

Centenas de milhares de pessoas concentravam-se na Praça dos Heróis Nacionais. Só se ouviam

vozes delirantes da multidão, que interrompia o Secretário-Geral do P.A.I.G.C. para o aclamar. O povo cantou as suas vitórias. Houve lágrimas de alegria. Muitos disseram: «É finalmente o Secretário-Geral do Partido de Cabral, momento foi que tanto esperávamos».

A firmeza dos militantes e da população de Bissau em ge-

ral é notória. «Kabi! Kabi! Estamos contigo!».

O povo tem consciência de que, na verdade, houve uma revolução na qual todos têm o compromisso de defender com intransigência, e de nunca deixar que o PAIGC seja atrofiado por aqueles que são contra as legítimas aspirações das massas.

A margem do Congresso

Um sarau cultural, realizado domingo à noite no Salão do Congresso, encerrou o programa oficial de actividades programadas em saudação ao I Congresso Extraordinário do P.A.I.G.C. Na ocasião, o grupo teatral «Esta é a nossa Pátria Amada» apresentou ao público da capital, pela primeira vez, a segunda parte da peça «Okinka Pampa».

Numa autêntica miscelânea de cor, movimento e folclore, os jovens artistas relataram a tenaz resistência da lendária rainha bijagó à penetração colonial no arquipélago.

Estavam presentes membros do Partido e do Conselho da Revolução, designadamente o Primeiro Comandante Paulo Correia, do Bureau Político do PAIGC, delegados ao Congresso, representantes do corpo diplomático e convidados.

Uma exibição que agradou grandemente aos assistentes que, com largos e contínuos aplausos aclamaram a destreza e a graciosidade dos músicos e dançarinos. O espectáculo apenas pecou (mais uma vez) pela falta de pontualidade, justificada pela directora da Cultura, camarada Luísa Borges, como sendo determinado por questões de ordem técnica, que fez com que a sessão apenas se iniciasse cerca das 10 horas e não às 9 horas, como estava previsto no programa. Entretanto, novas sessões já estão programadas, para datas a anunciar oportunamente, dando assim ao público a possibilidade de apreciar a segunda parte da peça «Okinka Pampa».



Resoluções gerais do Congresso

Passamos a divulgar, na íntegra, as Resoluções Gerais do I Congresso Extraordinário do PAIGC. A necessidade de publicação integral não carece de aprofundada justificação — tão evidente se torna a importância do documento. A sua extensão, no entanto, obriga-nos a abdicar de noticiário diverso que, durante toda a semana em que decorreu o Congresso, se acumulou na nossa Redacção. Contamos com a fácil compreensão dos nossos leitores para a opção a que nos vemos obrigados.

O primeiro Congresso Extraordinário do P.A.I.G.C., reunido em Bissau no Salão do III Congresso de 8 a 14 de Novembro de 1981.

I

Considerando que o relatório do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC apresentado pelo seu Presidente reflecte fielmente a situação sócio-política do País e constitui um poderoso instrumento de orientação para consecução do objectivo fundamental da política do Partido que é a promoção social, material e cultural das populações e a edificação de uma economia nacional independente, no quadro de uma sociedade sem exploração do homem pelo homem.

DECIDE: — Saudar e felicitar o Secretário-Geral do Partido, camarada João Bernardo Vieira, pela sua brilhante intervenção, rica em conteúdo e orientações que visam conferir ao PAIGC o seu verdadeiro papel de força política dirigente da nossa sociedade: — Aprovar o relatório apresentado, considerando-o como o documento fundamental do Congresso. — Recomendar a sua ampla divulgação e estudo por todos os militantes como documento básico de superação político-ideológico.

II

Considerando o importante papel desempenhado pelo CNG do PAIGC desde o 14 de Novembro até à realização deste 1.º Congresso Extraordinário na definição clara das linhas de orientação a seguir no sentido da revitalização do PAIGC, da reafirmação da sua continuidade como PARTIDO único, do fortalecimento da sua unidade e coesão, da defesa da sua pureza ideológica, do cumprimento dos seus princípios consagrados;

O I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DECIDE:

— Felicitar o CNG pelo trabalho realizado e pelo esforço, dedicação e alto valor demonstrados pelos seus membros na condução das tarefas partidárias.

III

Considerando a cisão da ala caboverdiana do PAIGC; Considerando que o PAIGC foi a única organização política que lutou pela independência da Guiné e Cabo Verde; Considerando que a luta armada de libertação se realizou no nosso território nacional exigindo sacrifícios sem conta ao nosso povo, fazendo heróis e mártires que lutaram e morreram pelos ideais do PAIGC; Tendo em conta que a imensa maioria dos militantes do PAIGC se encontra na Guiné; Atendendo a confiança que depositam no PAIGC as massas populares do nosso país. Tendo em conta a justeza dos princípios político-ideológicos, e de organização e funcionamento que regem o PAIGC; Considerando ainda que o programa do PAIGC define com clareza o tipo de sociedade que queremos construir na Guiné; Considerando finalmente que continuamos a ser tributários do pensamento de Amílcar Cabral e continuadores da sua obra,

O I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DECIDE:

— Manter a sigla de PAIGC para o Partido; — aprovar a reestruturação do Partido que passará a ser um Partido Nacional; — aprovar os Estatutos e Programa do PAIGC que definem a reestruturação do Partido como Partido Nacional.

IV

Reafirmando a justeza dos princípios político-ideológicos, de organização e funcionamento do PAIGC largamente comprovada durante a nossa luta de libertação nacional.

Tendo em conta que a não aplicação desses princípios foi a causa fundamental da crise do Partido que resultou nos acontecimentos de 14 de Novembro de 1980.

Considerando as bases sócio-económicas do poder detido pelo PAIGC e a necessidade do seu fortalecimento e alargamento;

Considerando que um Partido Único só pode levar a nossa sociedade ao progresso se praticar uma política de unidade nacional e democracia re-

volucionária em que se possam exprimir livremente todas as camadas sociais objectivamente interessadas na libertação nacional;

O I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DECIDE:

— Reafirmar a essência do PAIGC como movimento de libertação nacional no poder; — reafirmar que o quadro político necessário à participação de todas as camadas sociais no esforço de alargamento e fortalecimento das bases sócio-económicas do poder político é uma democracia nacional revolucionária; — aplicar na prática, de forma estrita e em todos os escalões do Partido, os princípios de organização e funcionamento, dos quais se destacam: Centralismo Democrático e Direcção colectiva, Unidade e Democracia Revolucionária, Crítica e Autocrítica.

— Reforçar o trabalho político-ideológico no seio dos militantes; — Incrementar o esforço de superação político-ideológica e cultural dos militantes, responsáveis e dirigentes; — exigir dos militantes uma conduta política e cívica de acordo com a moral revolucionária.

V

— Considerando a necessidade de dotar o Partido do aparelho necessário ao seu funcionamento normal e quotidiano; — Tendo em conta que o Partido deve efectivamente dirigir o Estado e controlá-lo através de órgãos especiais para o efeito; considerando a necessidade de preservar a pureza ideológica do PAIGC e velar pelo cumprimento dos princípios e normas estatutárias; considerando a necessidade de um apoio e controle mais eficaz às estruturas partidárias e estatais a nível regional;

O I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DECIDE:

1. Que o CC na sua primeira reunião após o Congresso eleja os membros que com o Secretário Permanente do CC, constituirão o Secretariado do CC definindo ao mesmo tempo as suas atribuições e competência.

2. Criar a Comissão de Controle e Revisão cujos membros e respectivo Presidente serão eleitos pelo CC na sua primeira reunião após o Congresso.

3. Que o CC crie as Comissões julgadas necessárias para orientar os grandes sectores da vida nacional.

4. Que o seio do CC sejam criadas comissões ou grupos de trabalho no sentido de apoiar e controlar as actividades partidárias e estatais a nível regional.

5. Que cada membro do CC tenha responsabilidades políticas específicas e bem definidas no quadro do Partido.

VI

Considerando que a consolidação da Nação Guineense é um dos objectivos fundamentais do Partido; considerando que a unidade nacional é uma das principais conquistas na nossa luta; considerando que sem a unidade nacional não há progresso social, económico e cultural; considerando que a unidade nacional implica a igualdade efectiva de todos os cidadãos e o respeito pelos seus direitos, independentemente da sua condição social, étnica, religiosa, de lugar de nascimento ou da cor da pele; tendo em conta que a política de concórdia nacional preconizada pelo Conselho da Revolução, constitui uma esclarecida decisão no sentido de desenvolver a unidade, a consciência e a dignidade nacionais;

O I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DECIDE:

— Criar condições para que cada um e todos tenham as mesmas oportunidades na nossa sociedade; combater vigorosamente todas as acções que contrariem o desenvolvimento e a consolidação da unidade nacional e, em particular, o tribalismo, o regionalismo e o racismo; promover a política da concórdia nacional no quadro da unidade nacional e realizada na estrita observância dos princípios do Partido e sob a sua direcção; apelar para que todos os nossos cidadãos regressem ao País e con-

tribuem assim para o desenvolvimento da nossa terra, no quadro das nossas instituições democráticas.

VII

Considerando que o PAIGC, para promover o progresso económico, social e cultural do nosso País definiu, durante o III Congresso, uma estratégia de desenvolvimento; considerando que essa estratégia traça grandes opções e as grandes linhas do desenvolvimento económico e social do País que conduzem à liquidação total na nossa terra da exploração do homem pelo homem, à construção de uma economia nacional independente e a criação de condições para que o progresso contínuo do nosso povo sejam uma realidade; considerando que essa estratégia mantém, no essencial, toda a actualidade;

O I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DECIDE:

— Reafirmar a estratégia adoptada pelo III Congresso do PAIGC em matéria de desenvolvimento económico e o essencial das suas resoluções e orientações adaptadas naturalmente a situação nova que estamos vivendo, na Guiné.

VIII

Considerando o carácter prioritário do sector agro-pecuário na economia nacional e também a importância da educação, da saúde, dos recursos naturais no desenvolvimento económico e social;

O I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DECIDE REAFIRMAR EXPLÍCITAMENTE:

1. A prioridade à agricultura como actividade básica e primordial do povo, capaz de mais depressa e melhor contribuir para a acumulação da riqueza nacional; 2. A necessidade de articulação agricultura/indústria num desenvolvimento equilibrado em que a agricultura é a base e a indústria actua como dinamizadora do seu desenvolvimento; 3. A necessidade de desenvolvimento integrado da agricultura, indústria e serviços, considerando nessa articulação o papel relevante do comércio; 4. Também como prioritárias a educação, e dentro deste sector a formação de quadros, a saúde e as infra-estruturas económicas; 5. A necessidade da valorização e da utilização máxima dos nossos recursos naturais e humanos em proveito do nosso povo.

IX

Considerando que as FARP demonstraram uma vez mais o seu alto grau de consciência política e patriótica ao aderirem totalmente ao Movimento Reajustador do 14 de Novembro, sendo os principais executores desse histórico acontecimento; registando com satisfação o espírito de sacrifício com que as FARP depois da libertação total do nosso País, continuaram a cumprir o seu papel fundamental de defesa da nossa soberania; tendo em conta que as Forças de Segurança, constituídas na sua grande maioria por militantes oriundos das FARP vem desempenhando um papel relevante na manutenção da ordem e combate à delinquência, dando à nossa sociedade o clima de paz e de tranquilidade necessários ao trabalho e ao progresso;

O I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DECIDE:

— Registrar com extrema satisfação que as FARP e as Forças de Segurança, conscientes da crise que atravessa o Partido e atravessa o nosso País em geral, deram todo o seu apoio ao Movimento Reajustador para que este pudesse conduzir o PAIGC e a Guiné-Bissau ao caminho traçado por AMILCAR CABRAL; — constatar com satisfação o alto nível de organização do Partido alcançado após o 14 de Novembro, no seio das Forças Armadas e os progressos realizados no campo da superação político-ideológica e literária dos nossos militantes; — reforçar o trabalho organizativo e político-ideológico no seio das FARP e das Forças de Segurança, de forma a extirpar do seu seio os desvios e erros cometidos no passado, reparar as injustiças e elevar ainda mais a consciência política dos nossos soldados e oficiais.

(Continua na pág. 6)

Somos PAIGC, movimento no poder

— Mario Cabral aos jornalistas

«Nós somos o PAIGC, um movimento no poder. Se alguém quiser chamar-nos comunistas ou socialistas que o faça. Nós nunca nos proclamamos comunistas ou socialistas. Somos apenas um movimento de libertação no poder». Foram as palavras do porta-voz do Congresso, camarada Mário Cabral, em conferência de Imprensa, domingo de manhã, no Hotel 24 de Setembro.

Questões ligadas ao reforço da cooperação com os países socialistas, particularmente com a União Soviética, foi interpretada por Mário Cabral como não sendo prenúncio de esfriamento da cooperação com os países ocidentais. «Continuaremos a ter relações com todos os países do mundo, independentemente dos regimes, na base de reciprocidade de vantagens e de respeito pela inde-

pendência e soberania dos respectivos Estados».

Referência especial à Guiné-Conakry, pelo apoio à nossa luta e às ex-colónias portuguesas, no quadro da CONCP, que travaram uma luta comum contra o regime colonial português, e mesmo com Cabo Verde, a nível de Estados, e os países vizinhos, dentro da política de boa vizinhança e de cooperação sub-regional. Em relação às fronteiras marítimas com a Guiné e o Senegal, informou que neste momento estão reunidas melhores condições e existe uma maior abertura para o diálogo entre as partes implicadas.

ELEIÇÕES NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 82

O retorno à legalidade do Governo do país, aliás abordado vá-

rias vezes por Nino Vieira nas suas intervenções quer no Congresso, quer no Cómicio do aniversário do 14 de Novembro, foi referido por Mário Cabral. Aquele membro do Governo informou da realização de eleições, no primeiro semestre do próximo ano, para a Assembleia Nacional Popular que escolherá o Presidente da República que por sua vez formará o Governo.

Mário Cabral afastou qualquer hipótese de designação de um Primeiro-Ministro antes das eleições «para evitar concentração de poderes numa única pessoa», nas palavras do jornalista, uma vez que existe as estruturas do Partido e do Governo que determinam que as decisões sejam tomadas em regime colegial.

Ainda neste aspecto, informou da decisão de colocar à cabeça dos mi-

nisterios, dirigentes e militantes do Partido, de forma a assegurar o cumprimento das directivas e de repor o P.A.I.G.C. no lugar de força política dirigente da sociedade.

O futuro dos antigos dirigentes detidos após o 14 de Novembro, dentre eles o ex-presidente Luiz Cabral, foi referido pelo porta-voz do Congresso que informou que decorrem ainda inquéritos para o melhor apuramento de responsabilidades. Caso concreto de Luiz Cabral, salientou que foi destituído do cargo de secretário-geral adjunto e expulso do Partido, assim como Aristides Pereira e todos os dirigentes fraccionistas caboverdeanos.

Interrogado sobre as garantias de aplicação dos princípios consignados nos documentos saídos do Congresso Extraordinário, tendo em

conta o facto do seu conteúdo não sofrer praticamente nenhuma alteração e dos dirigentes continuarem a ser quase os mesmos, o camarada Mário Cabral fez notar que agora o país vive uma situação política diferente, com a restituição da liberdade de expressão e dos princípios de crítica e autocritica, direito que cabe a todo o militante e ao povo em geral.

O facto, na sua opinião, constitui uma garantia segura do controlo das estruturas partidárias e governamentais contra desvios de qualquer ordem e abusos de poder. Recordou a proposta de criação de uma comissão de Controlo e Verificação no seio do Comité Central, que tem como tarefa velar e supervisionar a aplicação dos princípios do Partido e das decisões emanadas daquele órgão máximo.

Que

Ser o combatente Reconstrução Nacional e o direito reclama pelo emigrante perante os delegados ao Congresso, na voz de velhos militantes do PAIGC residentes no estrangeiro. São eles os camaradas José Lopes Apok, Costa do Marfim, Boico Mendes, da França, Quebá Seidi, de Casamance (Senegal). São filhos desta terra que horrores da guerra obrigaram a emigrar e que depois da independência não puderam regressar à Pátria devido à situação política que o país vive. Os nossos compatriotas foram portadores de apoio e da solidariedade das comunidades que representam ao Conselho da Revolução e a princípios da concórdia e unidade nacionais.

Trabalhar para a unidade de todos os filhos dentro e fora do país, como forma de fazer progresso, eis a preocupação constante nas suas

Relatório do CNG do PAIGC ao 1.

O triunfo da nossa gloriosa luta armada de libertação nacional deveu-se à inestimável ajuda dos países do campo socialista, nossos aliados naturais, pelas suas opções anti-colonialistas e anti-imperialistas, em particular da União Soviética.

Ainda no campo socialista queremos referir também a grande ajuda que nos foi dada pela República Socialista de Cuba, contribuindo assim para consolidar os laços de fraternidade que unem o nosso povo ao heróico povo cubano.

A ajuda que temos estado a falar chegou-nos também de países que tradicionalmente mantinham boas relações com o então Portugal colonialista e que, apesar de continuarem a manter tais relações se decidiram igualmente a ajudar-nos por terem compreendido a justiça e a grandeza da nossa luta. Tal é o caso particular da Suécia e de outros países nórdicos, cuja ajuda humanitária à nossa luta de libertação foi de uma enorme importância nos anos 70.

Não podemos deixar de mencionar, sobretudo pela sua importância política, o apoio que entã deram à nossa luta o Movimento dos Não-Alinhados, o Conselho Mundial da Paz e a Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos entre outras Organizações Democráticas e das demais forças progressistas ou humanitárias dos países capitalistas, cujos governos, no entanto, ajudavam o nosso inimigo, os colonialistas portugueses.

Hoje, no processo histórico das nossas relações, temos que ter em conta esta realidade do passado.

As responsabilidades internacionais que hoje temos, devem continuar a levar-nos à tomada de posições claras e inequívocas no plano internacional, não só em prol da defesa dos legítimos interesses do nosso povo, mas também dos interesses de toda a humanidade, e ao serviço da compreensão e entendimento entre os povos, da paz e do progresso.

No âmbito das relações partidárias pensamos que há que superar certas deficiências do passado recente e melhorar, reforçar e consolidar, de agora em diante, os laços tradicionais que nos unem a Partidos e Organizações progressistas, cujas opções estão na mesma linha de acção e de orientação do PAIGC.

Todavia, quis a dinâmica da luta que novas perspectivas se abrissem nas nossas relações sobretudo a nível de Estado. É por isso também que o leque des-

sas relações se alargou, depois da conquista da nossa independência. No quadro da nossa política de não alinhamento em conformidade com o programa do nosso Partido e a orientação do nosso Governo, o nosso país mantém hoje as melhores relações com numerosos Estados em todos os Continentes, independentemente dos seus regimes políticos. Essas relações processam-se na base do respeito pelas opções de cada um, da igualdade de direito, da reciprocidade de vantagens, da não ingerência e do respeito total pelas soberanias e independência de cada Estado. É nosso desejo alargar e reforçar os laços de amizade e cooperação com outros povos e Estados que sejam de interesse para o nosso povo e que contribuam para consolidar a paz e o progresso da Humanidade.

É neste contexto que devemos tratar de reforçar cada vez mais as nossas relações tradicionalmente boas com os países vizinhos. Nessa perspectiva reveste-se de particular importância que, através de um diálogo construtivo, se delimitem fronteiras marítimas justas e equitativas.

Nas nossas relações actuais de Partido devemos salientar o apoio que nos foi dado pelas organizações portuguesas antifascistas e anticolonialistas razão porque hoje mantemos relações especiais de amizade e cooperação com as forças democráticas portuguesas e com o Estado Português.

Devemos também agir no sentido de reforçar os nossos laços de amizade com os Partidos amigos e organizações sociais que nos países socialistas e nos países capitalistas não hesitaram em solidarizar-se com a nossa heróica e justa luta de libertação nacional e que, depois da conquista da nossa independência, continuaram a apoiar o nosso Partido e a ajudar-nos.

Dada a existência de alguns focos de tensão no Mundo, que põe em perigo a Paz e a Segurança internacionais entendemos que a comunidade internacional deve agir de forma consequente para que a paz possa assegurar a sobrevivência da Humanidade e a prosperidade dos povos.

Nesta óptica, temos um dever particular, tanto no quadro de Partido como no do Estado, para com os povos e organizações em luta, tanto da África como dos outros continentes, que se batem, quer atra-

vés da via pacífica quer através da luta armada, para se libertar do jugo imperialista, do colonialismo, neocolonialismo ou das garras do racismo.

É assim que continuaremos firmemente a combater a nossa solidariedade combativa aos irmãos companheiros da luta da África Austral, sobretudo da Namíbia e da África do Sul, na sua justa e heróica luta contra o brutal regime de Apartheid, sob a direcção da Swapo e do ANC, e contra a grave ameaça que o odioso regime sul-africano representa para os povos da zona, para a paz e a segurança na África e no Mundo.

De acordo com os nossos tradicionais compromissos históricos manter-nos-emos sem vacilações ao lado dos países da Linha da Frente e muito especialmente dos nossos velhos camaradas de luta do Movimento do Trabalho e do Partido FRELIMO, que são actualmente vítimas constantes de agressões directas e de provocações por parte dos racistas sul-africanos, pelo que uma vez mais condenamos energicamente a recente e bárbara invasão a Angola.

Continuaremos a apoiar incondicionalmente a luta heróica do povo saharauí dirigida pela Frente Polisário e a estreitar as nossas relações com a República Árabe Saharaui Democrática. No Médio Oriente apoiaremos firmemente a justa causa do heróico povo da Palestina e a sua Organização de vanguarda a Organização de Libertação da Palestina e mantemos e desenvolveremos a nossa solidariedade com as nossas relações com todos os países árabes irmãos que lutam justa e corajosamente pela recuperação dos seus territórios ilegalmente ocupados por Israel.

Na Ásia e na América Latina, continuaremos como no passado, solidários com todos os povos e suas organizações de luta, que travam um justíssimo combate para se libertarem totalmente da minação colonial imperialista e do fascismo e em particular com o povo do Timor-Leste e a sua vanguarda revolucionária, a Fretilin, com os povos do Congo de Salvador. Reiteramos o nosso apoio à justa luta do povo da Coreia pela reunificação independente e pacífica da Pátria coreana.

No quadro das relações entre Estados encaramos a possibilidade de estabelecer cooperação com outros Estados.

A voz do emigrante no Congresso

«Devemos ser os combatentes da reconstrução»

«Agora mais sombra e vive mais tempo», salientou aquele militante do PAIGC. A vontade de partici-

camarada na sua intervenção, para reafirmar a determinação da sua comunidade de traba-

de e qualquer espécie. «Nino falou bem quando disse que o Governo não irá criar condições a ninguém para vir trabalhar para a sua própria terra», afirmou o nosso compatriota, atendendo que «isto é uma obrigação de cada um de nós» e que as condições «somos nós que as criamos com o nosso trabalho».

A HISTÓRIA PERTENCE AO PAIGC

O que Quebá Seidi pediu foi a criação de um consulado em Ziguinchor para melhor apoio aos emigrantes e o abastecimento aos armazéns das fronteiras em mercadorias, para evitar a fuga de produtos para países vizinhos e consequente perda de divisas e desvalorização da moeda nacional.

A conservação da sigla PAIGC foi sublinhada pelo camarada José Apok que confirmou o apoio da sua comunidade: «Apoiamos a conti-

nuação do PAIGC porque ele é que fez a História do nosso Povo». Referindo-se à desvinculação da ala caboverdiana, afirmou: «Não devemos copiar os erros dos outros, o nome que hoje têm foi aqui que o ganharam», Apok apelou a um maior apoio à iniciativa de investimento por parte dos emigrantes, citando, como exemplo, os entraves criados à iniciativa dos emigrantes de França no anterior regime. Aquele camarada chamou a atenção para a coesão entre a direcção e militantes do Partido, por forma a evitar desvios e propaganda por parte do inimigo. «É mais fácil eu ser engenheiro para estragar do que ser engenheiro para construir», sentenciou, a determinada passagem da sua intervenção.

O camarada Nino Vieira, ao agradecer as mensagens «de encorajamento e de fraternida-

de» dos emigrantes, manifestou a determinação de trabalhar para ver os guineenses todos unidos, e de construir a Nação Guineense com todos os seus filhos, dentro ou fora do país. Nino Vieira, desmentiu acusações de que o Governo faz guerra aos quadros e assegurou que, pelo contrário, ao proclamar a concórdia nacional, a intenção era fazer regressar todos os quadros para a reconstrução do país, para que dessem a sua contribuição consciente, sem exigir condições ao Governo.

Respondendo aos apelos dos emigrantes, o Comandante Nino Vieira informou que o Governo envidará todos os esforços necessários para defender os interesses dos emigrantes onde quer que estejam, e também no sentido de abastecer os armazéns das fronteiras antes do início da campanha.



Bosco Mendes: «Ninguém faz o progresso desta terra senão os próprios filhos»

«Agora mais sombra e vive mais tempo», salientou aquele militante do PAIGC. A vontade de participar na sua intervenção, para reafirmar a determinação da sua comunidade de trabalhar para o sucesso da iniciativa, como forma de contribuir para o desenvolvimento económico do país. Uma contribuição que deve ser consciente e militante, conforme apostou Quebá Seidi, sem condições

pação dos emigrantes da França foi exemplificada por Bosco Mendes, através da cooperativa agrícola «Domingos Ramos». «Ninguém poderá fazer o progresso deste país senão os próprios filhos», salientou aquele

«Agora mais sombra e vive mais tempo», salientou aquele militante do PAIGC. A vontade de participar na sua intervenção, para reafirmar a determinação da sua comunidade de trabalhar para o sucesso da iniciativa, como forma de contribuir para o desenvolvimento económico do país. Uma contribuição que deve ser consciente e militante, conforme apostou Quebá Seidi, sem condições

Congresso Extraordinário (conclusão)

Prosseguiremos com os esforços no sentido de alargar, melhorar e consolidar as nossas relações de cooperação e colaboração nos planos político e diplomático, cultural e económico com países e organizações a nível internacional, continental e regional tais como a ONU, a OUA, a CEDEAO ou ACP/CEE, a CNUCED, etc.

Devemos continuar a pugnar denodadamente pelo estabelecimento de uma nova Ordem Económica Internacional e por um diálogo aberto e franco entre os países do 3.º Mundo e os países desenvolvidos, mas pondo sempre a tónica sobre a necessidade destes países contribuírem de facto e portanto de uma forma real e efectiva, económica e financeiramente e de outras maneiras, para que possamos vencer o atraso em que ainda nos encontramos e encurtar mais rapidamente a distância que nos separa deles.

Devemos inscrever no quadro das nossas preocupações nacionais a situação dos nossos trabalhadores emigrados, de modo a encontrarmos, para os problemas difíceis que às vezes enfrentam, as soluções mais convenientes para o seu interesse e o do nosso país.

Ainda no plano das relações internacionais, esperamos ver reatadas com a República de Cabo Verde relações normais de Estado para Estado.

Acabamos de apresentar uma explanação de sobre a nossa vida, a nossa luta e a descrição de alguns acontecimentos que se registaram no seio do nosso Partido no período pós-independência, que foram causa da situação em que vivemos e a razão da convocatória deste Congresso.

Com efeito, quis a dinâmica da luta que o IV Congresso do PAIGC fosse antecedido por este Congresso Extraordinário para permitir que meditássemos juntos sobre a nossa vida na busca de solução para os problemas que confrontamos actualmente.

Sendo o Partido um corpo vivo, ele terá que ser concebido numa visão dinâmica e não estática, daí que seríamos ultrapassados pela evolução do próprio processo revolucionário se um grupo de militantes sérios e determinados, todos destacados combatentes pela libertação nacional, não se tivessem erguido na gloriosa noite do 14 de Novembro, para assumir a responsabilidade histórica de salvar o Partido da gra-

ve ameaça que constituíam os erros e desvios praticados no seu seio por um grupo de dirigentes encabeçados por Luiz Cabral.

Como sabemos, o nosso Partido foi submetido nos últimos tempos a duras provas e muitos militantes sentiram-se confusos e desanimados. Mas, devemos afirmar, que tal como no passado, nos momentos mais difíceis e dolorosos da luta de libertação nacional, continuamos fiéis ao pensamento do Fundador e Militante n.º 1 do PAIGC, Amílcar Cabral, e mantemos intransigentemente a nossa coerência ideológica.

O Movimento Reajustador do 14 de Novembro surgiu como uma necessidade imperiosa e a única via possível para salvar o Partido e colocá-lo de novo no seu devido lugar.

Ao nosso povo e em especial aos nossos militantes que nunca perderam confiança no PAIGC, queremos exortar neste momento a unirem-se solidamente em torno do Partido e a reforçarem a sua vigilância em defesa das conquistas da nossa luta.

O facto de ter chovido bem este ano dá-nos esperanças de melhores colheitas e da consequente redução do déficit alimentar. Para que tal aconteça, temos necessidade de dar seguimento ao trabalho meritório levado a cabo pelo nosso povo camponês no corrente ano agrícola, organizando convenientemente as operações de colheita e armazenamento «do resultado» dos produtos.

Teremos certamente ainda este ano que recorrer à solidariedade internacional para suprir às enormes carências em alimentos, um dos grandes problemas que a Humanidade enfrenta actualmente, sobretudo na sub-região sudano-saheliana a que pertencemos.

Queremos nesta ocasião agradecer a excelente ajuda dada ao nosso país depois do 14 de Novembro, apelando no entanto à comunidade internacional para que uma vez mais, num gesto de solidariedade activa para com o nosso povo africano, continuem a contribuir para o nosso esforço de reconstrução nacional. As estruturas do Partido devem continuar a colaborar com o Governo no sentido de se dar a melhor utilização dos meios colocados à nossa disposição pondo-os ao serviço do nosso povo trabalhador.

Queremos reforçar o nosso apelo à concórdia nacional para o que é necessário que juntos, irmanados

pelos ideais por que tombaram os nossos heróis, construamos uma pátria democrática, livre e justa, uma pátria onde o trabalho honesto e criador de cada cidadão deve constituir o principal elemento de apreciação no reajustamento a que teremos que proceder na nossa sociedade.

A todos, cidadãos nacionais e estrangeiros, queremos apelar para um trabalho sério e abnegado com vista ao desenvolvimento nacional harmonioso, garantindo-vos que, na Pátria de Cabral, há lugar para todos e a todos será garantida a necessária segurança para o pleno desenvolvimento das suas capacidades.

Camaradas

Estamos apenas a seis dias da comemoração do I Aniversário da heroica acção do Movimento Reajustador do 14 de Novembro, data que marca o começo de uma nova etapa na História do PAIGC e da Guiné-Bissau.

Esta data memorável, que devemos comemorar com a solenidade e o júbilo decorrentes da grande esperança que se abriu ao nosso povo na noite do 14 de Novembro de 1980, deve ser também assinalada pelos militantes do Partido com uma reflexão profunda sobre a vida e os problemas partidários e pelo compromisso solene de nos superarmos e trabalharmos cada vez mais e melhor para a construção da nossa pátria amada da Guiné-Bissau.

Apesar das dificuldades que se nos figuram no processo de desenvolvimento, devemos encarar o futuro com confiança e certeza de que venceremos esta nova etapa de luta que é a de Reajustamento e reactivação do nosso Partido e da sua adaptação à nova realidade guineense.

Glória eterna a Amílcar Cabral e aos nossos heróis e mártires!

Viva o Congresso do Reajustamento para a Unidade Nacional e Justiça Social

Viva o Movimento Reajustador do 14 Novembro

Viva o PAIGC — força, luz e guia do nosso povo

Nô pintcha, camaradas para novas vitórias ao serviço do nosso povo e do nosso Partido!

Resoluções gerais do Congresso

(Continuação da página 3)

XI

X

Considerando a importância da intervenção das massas populares no processo da produção e da Reconstrução Nacional; considerando o papel importante das organizações de massa na ligação do Partido com as massas populares; tendo em conta que é através das suas organizações que as massas adquirem formação e consciência políticas, constituindo as organizações das massas neste caso, verdadeiras escolas e viveiros de quadros do Partido.

O I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DO PAIGC DECIDE QUE:

— As estruturas superiores do PAIGC devem continuar a estimular as massas, a criar e desenvolver as suas organizações para a defesa dos seus interesses específicos; — nas suas relações com as organizações de massas, o Partido deve assegurar-lhes a autonomia orgânica e independente cabendo-lhe, no entanto, a direcção política e controle. — as organizações de massas estimuladas pelo Partido, devem continuar a aprofundar, através de uma activa prática revolucionária, a defesa intransigente dos interesses e direitos das massas trabalhadoras. — por outro lado considerando a deserção da ala caboverdiana das fileiras do PAIGC, deserção concretizada e tornada irreversível através da criação de um novo partido totalmente estranho ao PAIGC, e, — tendo em vista que as organizações de massas — Juventude Africana Amílcar Cabral e a Comissão Nacional das Mulheres — eram instituições binacionais.

O I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DECIDE:

— Ratificar as decisões da JAAC e da Comissão Nacional das Mulheres da Guiné de se instituírem em organizações de carácter nacional.

Reiterando a sua fidelidade aos princípios que sempre presidiram à política externa do PAIGC; considerando que o respeito pelas opções, soberania e dignidade de cada povo é uma condição indispensável à preservação da paz mundial;

O I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DECIDE:

1. Manter as linhas anti-colonialista e anti-imperialista definidas pelo PAIGC; 2. considerar como pedra angular da política externa do PAIGC o não-alinhamento, que consiste em: a) Não adesão a blocos militares; b) Independência de pensamento e de acção; c) Aliança com os povos oprimidos da África, Ásia e América Latina na sua justa luta contra o colonialismo, o imperialismo, o apartheid e o sionismo; d) Participação activa na luta pelo estabelecimento de uma ordem internacional que sirva a dignidade, a emancipação e o progresso da Humanidade.

3. Apoiar firmemente os povos da África Austral, sobretudo os da África do Sul e da Namíbia e os países da Linha da Frente na sua justa e heróica luta contra o brutal regime do apartheid.

4. Apoiar firmemente o heróico povo de Angola e o seu Partido de vanguarda o «MPLA — Partido do Trabalho» na sua justa luta de resistência contra os racistas sul-africanos e condenar energicamente a bárbara agressão destes à Pátria livre e independente de Agostinho Neto; 5. Apoiar incondicionalmente a luta heróica do povo saharauí dirigida pela Frente Polisário e estreitar as nossas relações com a República Árabe Saharaui Democrática. 6. Apoiar firmemente a justa causa do heróico povo da Palestina e a sua organização de vanguarda — a Organização de Libertação da Palestina — bem como a justa e corajosa luta dos países árabes irmãos pela recuperação dos seus territórios ilegítimamente ocupados por Israel. 7. Apoiar firme-

mente a justa luta do povo de Timor-Leste e a sua organização de vanguarda — a Fretilin. 8. Apoiar a justa luta do povo da Coreia pela reunificação independente e pacífica da Pátria coreana. 9. Manifestar profunda apreensão pela existência de focos de tensão em várias partes do mundo e em particular na zona das Caraíbas, onde paira uma grave ameaça sobre o heróico povo de Cuba.

10. Desenvolver e consolidar as relações de amizade e cooperação com os povos, Governos e Partidos de países progressistas, em particular com os países socialistas. 11. Desenvolver e consolidar as relações de amizade e cooperação entre o nosso Estado e todos os Estados, independentemente dos seus regimes políticos, na base do Direito Internacional, do respeito pelas opções de cada um, da igualdade de direitos, da reciprocidade de vantagens, da não ingerência nos assuntos internos de cada um e do respeito total pelas soberanias e independência de cada Estado. 12. Promover o apoio aos nossos trabalhadores emigrados, de modo a encontrar para os problemas difíceis que às vezes enfrentam, as soluções mais convenientes para o seu interesse e o do nosso país.

XII

Considerando que a Constituição de 1973, actualmente em vigor, não responde já às exigências do nosso Estado;

Considerando que a cisão da ala caboverdiana do PAIGC, pôs em causa a reciprocidade de direitos garantidos aos cidadãos Guineenses residentes em Cabo Verde e aos cidadãos Caboverdianos residentes na Guiné;

O I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DO PAIGC DECIDE:

— Recomendar aos organismos estatais competentes, que realizem os estudos necessários à revisão constitucional que se impõe.

Opinião

Têm a palavra os delegados

Concluimos hoje, a publicação de uma série de depoimentos de delegados ao Congresso Extraordinário do PAIGC, que abordados pelo «Nô Pintcha», deram as suas impressões sobre a reunião magna do Partido que congregou em Bissau três centenas de militantes.

REAFIRMAÇÃO DO PAPEL DIRIGENTE

Para Abubacar Djaló, de 37 anos de idade, responsável da Informação e Propaganda e Cultura do Comité Regional e militante do Partido desde 1967, o Congresso Extraordinário será uma oportunidade de reafirmação do papel do PAIGC como força política dirigente da sociedade. «Um outro aspecto, também não menos importante é que será um Congresso de reajustamento na verdade, apelando a uma maior coesão nacional e inculcando na cabeça de cada militante e dirigente a noção de responsabilidade e de iniciativa para o bem-estar geral do nosso povo e para uma continuidade do pensamento de Amílcar Cabral». Referindo-se ainda às repercussões do Congresso na vida do nosso povo, o sub-delegado do procurador-Geral da República

no círculo Judicial do Sul salientou que as decisões do Congresso poderão contribuir para a distinção das prioridades em vários níveis do nosso desenvolvimento sócio-cultural «tendo sempre em conta as opiniões de todos os guineenses e amigos do nosso povo no prosseguimento do nosso desenvolvimento de um modo geral».

A discussão das teses, segundo Abubacar Djaló, foi uma oportunidade para demonstrar uma vez mais que «um povo menos instruído mas bem educado ideologicamente é capaz de discernir todos os problemas que tocam a sua vida». Ao falar do papel consequente do PAIGC no tocante à condução da luta dos dois povos «que conseguiu agrupar todas as correntes e camadas sociais, moldando tudo isso numa única determinação» considerou que é de justiça o PAIGC conservar o lema que sempre o

norteou. Porém, «é aconselhável que sejam tomadas em conta opiniões para poder materializar de uma forma profunda o nosso título de força política dirigente da sociedade». Quanto à pluralidade partidária, considerou-a



Abubacar Djaló

um risco, pois «ultrapassando noções de democracia cairíamos num liberalismo e pluralismo que seria capaz de fazer distrair num jogo de palavras ou de ideologia impróprios ao nosso povo», facto que, a seu ver, o inimigo poderia aproveitar como arma de desequilíbrio perante esta nova reafir-

mação de unidade nacional e de concórdia que o Conselho da Revolução tem como lema para o bem-estar na nação guineense.

Colocado perante o problema de regresso de emigrantes e do risco que poderia representar para o Partido, o camarada Abubacar Djaló considera que o Partido deve ter muita cautela com a acumulação de grupos desses quadros instruídos nos pontos-chave do poder sem uma prévia análise das suas qualidades de ho-

mem e de cidadão face à conjuntura política do país. Entretanto, defende que aqueles que realmente demonstrem disponibilidade para servir honestamente devem ser dadas oportunidades de conhecer a nossa realidade partidária para uma futura integração progressiva.

A desvinculação da ala caboverdiana não implica, segundo Abubacar Djaló, a condenação de todos os elementos caboverdianos ou de outros, só pelo facto da sua cor ser branca e situá-los

automaticamente em pé de igualdade com os fraccionistas.

«Do ponto de vista cultural, o problema pode ser sentido de facto pelo nosso povo mas tudo isso representa um falso problema porque depois de derrubado o colonialismo, chegou a altura para que qualquer um que pretende de facto ser do PAIGC, deve ser um soldado na trincheira virado contra todos e quaisquer que pretendem colocar o Movimento do 14 de Novembro como um movimento racial».

Bolama vai ter nova Sede do Partido

As obras de construção da nova sede do PAIGC na cidade de Bolama vão iniciar-se no princípio do próximo ano, informou ao NP o camarada Gustavo Na Onta, secretário regional para a Organização do Partido. A previsão foi confirmada pelo engenheiro das Obras Públicas, Adão Pina Araújo, encarregado de reestruturar

os principais edifícios daquela cidade em ruínas. A construção da sede vai permitir dinamizar as actividades do Partido, na medida em que e Bolama-Bijagós é uma das regiões importantes do nosso país.

A nova sede terá dois pisos. No primeiro ficarão instalados os do Presidente do Co-

mité do Partido e Estado e do secretário para a Organização do PAIGC, além de uma ampla sala de reuniões. No segundo piso estarão as residências do secretário para a Organização do Partido, e para hóspedes.

A sede ficará situada em frente dos jardins do Comité de estado da região Bolama-Bijagós.

Reunião de "linha de frente" sobre a Namíbia

A análise das propostas do «grupo de contacto» Ocidental para a acessão da Namíbia a independência, apresentadas no princípio deste mês, é o ponto principal de uma reunião ministerial dos países da «linha de frente», que devia começar ontem em Dar-Es-Salam, capital da Tanzânia.

Prevê-se que, uma das decisões da reunião seja a convocação de uma cimeira dos chefes de Estado dos seis países confrontados com a situação de luta na África Austral (Angola, Moçambique, Zâmbia, Botswana, Zimbabué e Tanzânia).

Participam também na conferência a Swapo, único e legítimo representante do povo da Namíbia, o Quênia, cujo chefe de Estado é presidente em exercício da OUA, assim como a Nigéria, país que fornece grande apoio aos movimentos de libertação da África Austral.

A reunião de Dar-Es-Salam deverá adoptar uma posição comum face «às novas iniciativas» sobre a independência da Namíbia, avançadas pelas cinco potências ocidentais. As propostas ocidentais não suscitaram até agora nenhuma reacção significativa dos países da «linha de frente», que se limitaram a reafirmar a resolução 435 da ONU como a base mais apropriada para negociar o problema da Namíbia.

Senegal-Gâmbia

Confederação à vista

O Senegal e a Gâmbia deram um passo decisivo para a constituição de uma união entre os dois países depois da assinatura de um projecto de acordo para a criação de uma confederação que tem o nome de «Senegâmbia».

Este projecto, anunciado no último sábado em Banjul, num comunicado comum que marcou o fim da visita oficial do presidente Abdou Diouf a Gâmbia, será submetido a um referendo nos dois Estados, ou à aprovação dos seus parlamentos eleitos. A constituição da confederação foi precedida pela criação de um comité conjunto entre o Senegal e a Gâmbia.

Ainda não foi fornecido nenhum detalhe sobre o funcionamento das instituições da confederação senegambiana, que terá uma presidência, uma vice-presidência, um conselho de ministro e um parlamento confederal. A presidência será ocupada pelo Senegal, enquanto a vice-presidência vai para a Gâmbia.

A Gâmbia, antiga colónia britânica, constitui uma espécie de dedo de 11 295 quilómetros quadrados que penetra no ventre do Senegal, dividindo em dois os 19 200 quilómetros do seu território.

Esta situação liga inevitavelmente os problemas de defesa e de segurança dos dois Estados. Explica também, segundo os observadores, que um dos pontos fortes de projecto de confederação seja a integração das forças de defesa e de segurança dos dois Estados. Esta opção confirma o carácter prioritário que Dakar e Banjul pretendem dar aos problemas de segurança e defesa, a fim de lu-

tar contra toda a ameaça de desestabilização. Inscreve-se também na linha da decisão de integrar as forças armadas e de segurança senegalesas e gâmbianas, tomada depois do golpe de estado de 30 de Julho na Gâmbia, que viu a intervenção de tropas senegalesas para repôr Dawda Jawara no poder.

Os observadores consideram aliás que esta tentativa de golpe de estado acelerou o processo de união senegambiana, que uma comissão de integração já tinha considerado indispensável desde 1965, que foi retardado pelas reticências gâmbianas.

Outro aspecto importante da futura confederação senegambiana é a união económica e monetária. Com esta união a Gâmbia deixará ser o centro de contrabando da sub-região oeste-africana que se tornou graças ao seu regime aduaneiro. Deverá assim acabar por se integrar na «União Monetária Oeste-Africana», de que o Senegal é um dos seis membros.

No plano das relações externas e comunicações, a tendência parece ser de deixar a cada Estado uma certa autonomia, prevendo no entanto uma coordenação das respectivas políticas. Finalmente, o projecto de acordo da confederação prevê que cada país conservará a sua «independência e a sua soberania».

Pode-se assim concluir que a visita de três dias que o presidente Abdou Diouf efectuou a Gâmbia revestiu-se essencialmente dum carácter de campanha de sensibilização sobre o projecto de união senegambiana.

“Em Moçambique não queremos polícia secreta” — afirma Samora Machel

No discurso pronunciado no quadro da campanha de purificação nas Forças Armadas, Milícias Populares, Polícia e aparelho de segurança, o presidente Samora Machel de Moçambique indicou quais os princípios que deviam guiar a acção do Serviço Nacional de Segurança Popular (S.N.A.S.P.): «Em Moçambique não queremos polícia secreta. Não precisamos».

Samora Machel disse que o papel do SNASP é trabalhar intimamente com o povo. E acrescentou: «Enquanto os problemas da segurança forem considerados secretos, forem tabus, a nossa segurança não poderá ser a segurança popular que queremos». Disse que a vigilância por parte do próprio povo, em oposição à desconfiança, deve ser a base do trabalho do SNASP.

O chefe de Estado moçambicano afirmou ainda que o recrutamento para o serviço de segurança deve ser mais rigoroso do que para a Polícia porque «se não formos assim exigentes, o elemento da segurança poderá abusar do secretismo para esconder as suas irregularidades, abusos e prepotências».

O presidente Samora Machel considerou como «essencialmente político» o trabalho da Segurança. Indicou que serão dadas explicações junto dos familiares de cada preso político sobre as razões da detenção. E acrescentou: «Mesmo o Comité Central quando expulsa um membro explica ao povo as razões a fim de permitir a sua reeducação e enquadramento».

Durante a luta armada de libertação, decla-

rou Samora, «nunca tivemos receio de ir ao povo e dizer: este soldado cometeu um crime, violou a nossa linha, por isso vai receber esta punição».

Samora referiu que a infiltração nas fileiras das Forças Armadas depois do fim da guerra de libertação surgiu devido ao facto de os guerrilheiros não estarem ideologicamente preparados para enfrentar as zonas até então fisicamente ocupadas pelo colonialismo. Houve todo o tipo de seduções, de gosto pela vida fácil e o gosto pelo luxo afectou muitos comandantes, disse Samora.

Quanto à Polícia Popular de Moçambique (PPM), Samora disse que ela foi formada à imagem da polícia colonial, e que os novos recrutas tinham sido inicialmente moldados de

acordo com os valores repressivos dos elementos mais antigos.

Acrescentou que a característica principal do polícia da PPM é ser incorruptível. Referiu depois que «os polícias só devem recorrer à força em último caso. O modo de agir é a persuasão. Devem ter autoridade que lhes é conferida pelo comportamento».

Para corrigir os abusos de poder Samora Machel anunciou finalmente que uma das medidas será a criação de «novas Nachingweas». Nachingwea foi o campo político-militar da Frelimo na Tanzânia, onde eram treinados e formados todos os militantes da Frelimo, incluindo aqueles que regressavam de cursos no exterior, e onde todos recebiam uma formação unificante, anti-tribalista e anti-racista. (AIM)

OUA favorável à reintegração de Mayotte nas Comores

O secretário-geral adjunto da OUA, o nigeriano Peter Onu, declarou que a Organização da Unidade Africana continuará a encarregar-se da questão da ilha de Mayotte «enquanto ela não for resolvida».

Numa entrevista concedida à imprensa em Moroni, capital das Comores, onde se reuniu na semana passada o «comité dos sete» membros da OUA encar-

regados de aplicar a resolução africana a este respeito, Peter Onu indicou que uma missão da sua Organização deslocar-se-ia brevemente a Paris, a fim de discutir com as autoridades francesas as modalidades práticas da reintegração de Mayotte no conjunto comoriano.

«A questão de Mayotte, acrescentou Onu, figurará de maneira permanente na ordem

do dia do conselho de ministros e da cimeira dos chefes de Estado e de Governo da OUA até a sua completa resolução».

No comunicado final publicado na última quarta-feira, após a reunião do «comité dos sete», convidou-se a França a «prosseguir as negociações» com o governo comoriano, com vista «ao retorno mais breve possível da ilha de Mayotte às Comores».

MÉXICO — A Câmara dos Deputados do México enviou ao Parlamento cubano uma mensagem de solidariedade e de apoio ao povo de Cuba, na qual se declara contra «toda possível intervenção de potências estrangeiras no território cubano». O texto da mensagem mexicana foi aprovado por unanimidade.

ATENTADO

PRETÓRIA — Cinco explosões causaram graves danos na quinta-feira passada a noite numa usina eléctrica da zona industrial de Pretória. A polícia indicou que as explosões não causaram vítimas, mas interromperam o fornecimento de energia a muitas fábricas dos arredores. Em Julho último outra usina eléctrica de Pretória foi alvo de um atentado.

QUOTA DA CEDEAO

FREETOWN — apenas seis dos 16 países membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) pagaram a totalidade das suas contribuições financeiras nesta Organização, declarou o seu director, Robert Tubman, em Libreville, onde se realiza uma reunião da C.E.D.E.A.O. Tubman indicou que falta pagar actualmente 12 milhões de dólares.

SEKOU TOURÉ NA RFA

BONNA — O presidente da Guiné, Ahmed Sekou Touré e a sua esposa efectuarão uma visita oficial de quatro dias à Alemanha Federal, de 30 de Novembro a 4 de Dezembro. Esta visita é uma resposta ao convite feito a Sekou Touré pelo presidente alemão Karl Carstens.

PACIFISMO

MADRID — Uma importante manifestação pacífica teve lugar no domingo no recinto da universidade «Complutense» de Madrid, reunindo meio milhão de pessoas sob o lema «paz, desarmamento e liberdade». A manifestação foi organizada pelo Partido Socialista Operário Espanhol, Partido Comunista, sindicatos e outras organizações.

CRUZ VERMELHA

MANILA — Pela primeira vez, a conferência internacional da Cruz Vermelha, que terminou no sábado passado na capital das Filipinas, apontou os culpados de violações das convenções de guerra e reclamou iniciativas concretas a favor do desarmamento.

Secretário-Geral no encerramento do Congresso

"No Partido só entram os verdadeiros militantes"

«Amílcar Cabral deixou-nos toda a sua herança. Era uma dívida para nós se deixássemos cair a sua obra. Era uma dívida para nós se deixássemos cair todo o trabalho dos seus companheiros heróis nacionais» — sublinhou o Secretário-Geral do PAIGC, camarada João Bernardo Vieira, no discurso pronunciado na sessão de encerramento do I Congresso Extraordinário, perante congressistas, convidados, corpo diplomático acreditado no país e a imprensa estrangeira.

O acto que culminou os momentos transcendentais vividos com a realização do Congresso e com as decisões históricas dele saídas conferiu à cerimónia uma solenidade ímpar na vida do nosso povo combatente.

Após o anúncio, pelo camarada Mário Cabral, dos nomes dos membros do Comité Central e do Bureau Político, que foram saudados por aclamação, assistiu-se à entrada dos Pioneiros Abel Diassi que deixaram patente mais uma vez o seu amor ao Partido de Cabral, o PAIGC.

O Secretário-Geral do Partido, camarada João Bernardo Vieira, saudaria a presença da esposa do companheiro de luta e nosso saudoso dirigente, camarada Francisco Mendes, e das irmãs do camarada Cabral, Arminda e Armanda Cabral, logo de seguida, sublinhou a importância do acto que também marca o aniversário do glorioso 14 de Novembro que «pôs termo às injustiças, desvios ideológicos e económicos».

«Era uma dívida para todos nós se deixássemos cair a maior herança legada pelo camarada Amílcar Cabral e os nossos heróis, foi por isso que nos levantámos

no dia 14 de Novembro para pôr fim às irregularidades de Luiz Cabral», afirmou o Nino Vieira, para acrescentar que o Movimento Reajustador teve como objectivo colocar o Partido no seu devido lugar, restituindo assim ao P. A.I.G.C. o prestígio que conquistara e que todo o mundo reconhece.

«Saimos com mais força, mais coesos para levar o PAIGC para a frente e construir uma Pátria progressista onde qualquer homem tem lugar. As discussões em torno do Relatório do CNG e a sua aprovação permitiram corrigir todos os erros e tomar decisões importantes, decisões dos militantes do Partido que sentem na carne e na alma a sigla PAIGC» — declarou o Secretário-Geral.

Os princípios de centralismo democrático e direcção colectiva, unidade e luta, democracia nacional revolucionária e, crítica e autocrítica, reafirmados no Congresso como princípios basilares, mereceram menção do responsável máximo do PAIGC que a este propósito diria: «O Partido como movimento de libertação no poder continuará a praticar a democracia nacio-

nal revolucionária com a participação de todas as camadas sociais interessadas na libertação nacional, para que juntos e de mãos dadas construamos uma economia nacional independente, que é o nosso desejo e objectivo essencial da nossa política».

Referindo-se à política da concórdia nacional, Nino precisou que todos os filhos da Guiné-Bissau que quiserem regressar podem fazê-lo, para virem trabalhar e demonstrar a sua capacidade. «No Partido só entram verdadeiros militantes que em qualquer momento estejam dispostos a dar o máximo de si mesmos para defender o PAIGC».

O Secretário-Geral reafirmou a atenção particular que o Partido irá dar aos jovens porque sobre eles recai a responsabilidade histórica de continuidade de Amílcar Cabral, que sempre reconheceu na juventude a sua confiança, a sua força para a materialização dos objectivos sagrados do P. A.I.G.C.: a conquista da independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde e a consequente construção da paz, progresso e felicidade.

VAMOS FAZER A PÁTRIA DE CABRAL

«Nós demos provas disso. Vamos fazer a Pátria de Cabral e o PAIGC de Cabral», salientou o Comandante de Brigada Kabi Na Fantchamna, anunciando a realização das elei-

ções para o início do próximo ano, para a constituição da Assembleia Nacional e eleição do Presidente da República e formação do Governo.

Relativamente à nossa política externa, depois de reafirmar o princípio do não-alinhamento, manifestou o desejo do PAIGC de privilegiar as relações com Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e com a «própria República de Cabo Verde com a qual pensamos, no futuro reatar relações de Estado para Estado».

O Secretário-Geral do Partido reconheceu a ajuda dos países amigos que no tempo da luta nos deram o seu apoio «no momento em que nem éramos um povo independente, particularmente a União Soviética».

«Condenamos a agressão sul-africana a Angola pátria de Agostinho Neto. De acordo com a nossa política de não-alinhamento apoiamos o povo cubano e condenamos toda e qualquer agressão contra aquele povo».

Por outro lado, o primeiro mandatário do PAIGC agradeceu a ajuda dos países ocidentais que, num acto de solidariedade para com o nosso povo, prestaram o seu auxílio, o que de algum modo, permitiu enfrentar a crise de produtos alimentares resultante da penúria a que Luiz Cabral levou o nosso país.

Falando da decisão do Congresso de condenar e expulsar do P.A. I.G.C. Aristides Pereira e toda a ala caboverdiana pela atitude fracacionista da criação do PAICV, organização estranha ao legado de Cabral, recordou que essa tendência já tinha sido manifestada no II Congresso do Partido, mas, devido à situação particular do momento e o facto de os dois países ainda não se encontrarem independentes, ficou sem efeito. «Hoje conseguiram realisar esse intento, que constitui o maior golpe contra o PAIGC», frisou Nino Vieira, que condenou a ala caboverdiana pela posição assumida até agora o que passa pela não declaração dos fundos do Partido, bloqueamento das negociações sobre a frota marítima dos nossos dois países, e pela campanha lançada após o 14 de Novembro com o objectivo de isolar internacionalmente a Guiné-Bissau.

Depois de afirmar que «temos que ter a coragem de fazer a autocrítica face aos erros porque não tivemos a coragem de falar só com o intuito de preservar o «côro» e que «quando tivemos a ousadia eles recusaram discutir», o Secretário-Geral do P. A.I.G.C. anunciou, de acordo com a proposta de alguns delegados, que os camaradas que mais se distinguiram na noite do 14 de Novembro irão ser condecorados com a medalha Amílcar Cabral.

O Nô Pintcha e o Congresso

Depois de uma semana de intenso convívio com os leitores, o Jornal «Nô Pintcha» volta a normalidade, não ainda esta semana em que sai à rua hoje e sábado — mas sim na próxima, retomando a publicação bissemanal com periodicidade certa, como já era hábito ultimamente, uma vez que, por razões de ordem técnica anteriormente referidas, tivemos que abandonar temporariamente as três edições semanais.

O Jornal acompanhou de perto o desenrolar do Congresso Extraordinário, com quatro publicações ao longo da semana, em edições de domingo, terça, quinta e sábado. O facto possibilitou levar até junto dos leitores as informações que lhes permitiram seguir os acontecimentos e informar-se sobre os assuntos que mereceram aturado debate por parte dos delegados e, sobretudo, fazer juízo do espírito democrático e da frontalidade que caracterizaram as intervenções.

Dever cumprido? Não nos compete tal julgamento, já que o público é o melhor juiz. Resta-nos, contudo, a certeza de termos dado o melhor de nós mesmos para a efectivação da iniciativa, conjugando os esforços e a militância dos trabalhadores do Jornal e da Imprensa. Se mais não fizemos foi devido a condicionamentos internos que limitam grandemente as nossas capacidades e vontade de fazer melhor.

Com a saída desta edição, concluímos a publicação do relatório do CNG ao Congresso, tido como um importante documento de trabalho e que deve orientar a acção de todas as estruturas de base do Partido e organismos do Estado, já que o PAIGC foi reafirmado como a força política dirigente da sociedade guineense. Incluímos também as principais resoluções do Congresso Extraordinário, bem como notícias do encerramento e do grandioso início que assinalou o aniversário do 14 de Novembro.

Comunicado do Comité Central do PAIGC

O Comité Central do PAIGC, reunido em Bissau a 16 de Novembro de 1981, em sessão extraordinária, sob a presidência do seu Secretário-Geral, camarada João Bernardo Vieira (Nino), para analisar a situação relativa a Luiz Cabral e outros elementos que se encontram detidos na sequência dos acontecimentos do 14 de Novembro de 1980;

— Considerando a severa condenação de que foram objecto pelo primeiro Congresso Extraordinário do PAIGC o ex-Secretário Geral Adjunto Luiz Cabral e outros elementos do Partido actualmente detidos pelos erros e desvios ideológicos cometidos durante o período post-independência;

— Considerando a responsabilidade desses mesmos elemen-

tos e em particular de Luiz Cabral, então Presidente do Conselho de Estado na Guiné, pelos crimes cometidos contra o nosso povo nesse mesmo período;

— Tendo em conta o alto espírito militante e humano dos membros do Partido que levaram a cabo o 14 de Novembro para repôr o PAIGC no seu devido lugar de força política dirigente da sociedade;

— Considerando ainda que o humanismo é um dos principais legados de Cabral de quem seremos sempre os continuadores e que esse mesmo humanismo marcou profundamente a nossa luta e o nosso povo;

O Comité Central decide:

1. Restituir imediatamente à liberdade os seguintes elementos: Ben-

vindo Pereira, Agostinho Gomes, Bacar Cassamá, Bacire Biai, Duarte Cabral, Domingos Lopes, Braima Seck, Armando S. da Gama, Malam Gino Mané, Luis Armando, Arafan Mané (capitão) e João Cia.

2. Libertar Luiz Cabral e alguns outros elementos detidos, e mandar o Governo para que execute esta decisão até ao fim do corrente ano.

FICHA TÉCNICA — JORNAL «NÔ PINTCHA»; AV. DO BRASIL, C. P. 154 — BISSAU

António Soares (Director em exercício); João Quintino (Chefe de Redacção em exercício)

Redacção: Arlette Adília; António Tavares, Baltazar Bebiano, Barnabé Gomes, Carolina Fonseca, Fernando Jorge, Fernando Perdigão, João Fernandes, José Flecha, Pedro Albino, Pedro Quadé, Raimundo Pereira, Teresa Ribeiro. Maquetagem: Cândido Camará. Fotografia: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchuda, Manuel da Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. Secretaria da Redacção: Euridice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.